

Representação da Gerência Executiva de Governo Cascavel
Rua Souza Naves, 3891 – Bairro Centro
85.810-070 – Cascavel - PR

Ofício nº 0830 / 2025 / REGOV/CV

Cascavel, 26 de setembro de 2025

A Sua Excelência o Senhor
Elio Bolzon Junior
Prefeito Municipal de Marquinho

Assunto: Resolução da Cláusula Suspensiva – Aguarda o resultado do Processo Licitatório
Referente: CR 954048/2023/Ministério das Cidades/CAIXA
Objeto: Implantação de Sistema de Abastecimento de Água na Zona Rural do Município de Marquinho
Conta corrente: 0932.006.00647383-7
Vigência: 29/12/2025

Senhor Prefeito Municipal,

1. Concluídas as análises do Contrato de Repasse em referência, fica resolvida a Cláusula Suspensiva, com os valores abaixo:

Valor de Repasse R\$ 384.205,00
Valor de contrapartida R\$ 39.787,48
Valor de investimento R\$ 423.992,48

1.1 Em decorrência da alteração do valor do investimento, o Conveniente deverá incluir a seguinte documentação no Transferegov.br, na aba Plano de Trabalho - Anexos da Execução, **até a apresentação do resultado do processo licitatório:**

- Declaração de Previsão Orçamentária de Contrapartida (modelo CAIXA), no valor de R\$ 39.787,48;
- Rubrica orçamentária citada na Declaração;
- Cópia da LOA vigente e sua respectiva publicação.

2. Salientamos que esta operação foi contratada obedecendo o regramento da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023 e alterações, sendo classificada no Nível I.

2.1 Diante desse regramento legal, elencamos algumas definições importantes, a saber:

- a) **Não é permitida a reformulação** dos projetos de engenharia das obras e dos serviços de engenharia ora aceitos;
- b) É permitida a reprogramação desde que **devidamente justificada e contextualizada;**

- c) Toda e qualquer solicitação de alteração de projeto, especificação e memorial descritivo proposta pelo Agente Promotor/Executor necessita ser submetida, previamente, à análise e aprovação da CAIXA;
- d) Instrumentos sem execução financeira por 365 dias, contados da liberação da parcela pelo Gestor ou do último pagamento realizado pelo Conveniente, fica suspensa a liberação de novos recursos, no âmbito do mesmo Gestor e, ainda, pode ocorrer o bloqueio da conta corrente específica do instrumento pelo prazo de até 180 dias;
- e) Para as operações classificadas no Nível I, a autorização de início da obra está condicionada à liberação da primeira parcela do repasse pelo Ministério das Cidades.

3. Sendo assim, aguardamos os documentos para verificação do resultado do processo licitatório, devendo ser observado o que segue:

- a) os aspectos legais e éticos do Processo Licitatório/Processo de Contratação são de responsabilidade do Conveniente;
- b) após o aceite do projeto básico o **prazo para início do procedimento licitatório pelo Conveniente será de até 60 dias** e, sendo assim, solicitamos **apresentar até 25/11/2025** declaração informando a abertura do processo licitatório, devendo constar também, o número do processo administrativo, a autorização respectiva e a indicação de seu objeto e do recurso para a despesa;
- c) é necessário efetuar o processo via Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Para os municípios com até 20 mil habitantes a utilização do PNCP é opcional até 01/04/2027.

3.1 Os procedimentos licitatórios deverão ser realizados no Portal de Compras do Governo Federal (compras.gov.br), em sistemas próprios dos convenientes ou em outros sistemas disponíveis no mercado, **desde que estejam integrados ao PNCP e ao Transferegov.br.**

3.2 Sobre a publicação dos atos, solicitamos observar o que segue:

- a) o edital de licitação deve:
 - ser divulgado e mantido no seu inteiro teor (ato convocatório e anexos) no PNCP, se utilizado para realização do processo licitatório;
 - publicado, em formato de extrato, no:
 - Diário Oficial da União ou do Estado ou do Município; e
 - Jornal diário de grande circulação;
- b) os demais atos devem:
 - ser publicados no PNCP, se utilizado para realização do processo licitatório;
 - se o processo **não** for efetuado via PNCP, é obrigatória a publicação no Diário Oficial (da União, do Estado ou do Município).

3.3 Para Verificação do Resultado do Processo Licitatório pela CAIXA, o Conveniente deverá alimentar no Transferegov.br as abas “Processo de Execução” e “Verificação do Resultado do Processo Licitatório (VRPL)”, com as informações pertinentes, e **anexar os documentos na aba VRPL**, observado o *check list* contido no arquivo anexo “Ofício de Documentação Relativa ao Regime de Execução e de Encaminhamento de Documentação Relativa ao Processo Licitatório”.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

3.3.1 O *check list* é específico para licitações realizadas nos fundamentos da Lei nº. 14.133/2021. Se o processo licitatório for realizado com base em outra Lei, favor solicitar para esta REGOV *check list* específico.

3.4 Orientamos que sejam observados os tutoriais disponíveis em <https://www.gov.br/transferegov/pt-br/manuais/transferegov/obras>.

3.5 Após conclusão de todos os trâmites acima, o processo licitatório deve ser enviado para aceite, via Transferegov.br, e o Conveniente deve reportar à REGOV para ciência da inclusão para início das análises.

4. Por oportuno, seguem as providências do Contrato de Repasse a serem atendidas pelo Conveniente, conforme os prazos estabelecidos:

| Providências | Prazo para solução |
|---|---|
| Reapresentar a dispensa de licenciamento ambiental para o sistema de abastecimento de água conforme o modelo vigente no órgão ambiental estadual (emitida via sistema). | Junto com os documentos do processo licitatório |
| Os poços artesianos são existentes, contudo a outorga apresentada está fora de vigência. Apresentar outorga para uso de água vigente referente aos poços artesianos existentes que farão parte do sistema. | Junto com os documentos do processo licitatório |
| Apresentar relatório fotográfico da placa de obra, a qual deve estar no padrão do Manual Visual de Placas e Adesivos de Obras atualizado. | Para 1ª autorização de saque |
| Apresentar Ordem de serviço. | Para 1ª autorização de saque |
| Apresentar ART/RRT do(s) responsável(eis) pela Execução. | Para 1ª autorização de saque |
| Apresentar ART/RRT do(s) responsável(eis) pela fiscalização, acompanhada de declaração de capacidade técnica, indicando o(s) servidor(es) que fiscalizará(ão) a obra ou serviço de engenharia (modelo CAIXA). | Para 1ª autorização de saque |
| Apresentar Ofício de Solicitação de Recursos assinado pelo(a) Senhor(a) Prefeito(a) Municipal ou Representante Legal. | Para todas as autorizações de saque |
| Apresentar PLE - Planilha de Levantamento de Eventos devidamente assinada pelo(a) Engenheiro(a) Fiscal do Conveniente. | Para todas as autorizações de saque |
| Apresentar RRE - Relatório Resumo do Empreendimento devidamente assinado pelo(a) Engenheiro(a) Fiscal do Conveniente e pelo(a) Senhor(a) Prefeito(a) Municipal ou Representante Legal. | Para todas as autorizações de saque |
| Alimentar a aba "Acompanhamento de Obra" no Transferegov.br (com o registro das informações relativas à evolução das obras, indicando os serviços executados), ou seja: <ul style="list-style-type: none">a empresa executora deverá registrar as medições diretamente na aba Acompanhamento de Obras do Transferegov.br; e | Nos marcos de vistoria |

| | |
|--|------------------------|
| <ul style="list-style-type: none">o responsável pela fiscalização deverá realizar o ateste da medição. Marcos de vistoria 100%. | |
| Apresentar documento que comprove o recebimento do objeto do contrato de repasse, por parte do Conveniente. | Inspeção técnica final |
| Apresentar declaração do representante legal do Conveniente informando que não haverá instalação de placa de inauguração de obra, ou no caso de optar pela instalação de placa, apresentar registro fotográfico georreferenciado que demonstre a conformidade da placa com o Manual Visual de Placas e Adesivos de Obras. Observação: a placa de inauguração deve ser confeccionada após a aprovação do layout pelo setor responsável da CAIXA. | Inspeção técnica final |

Observação: os documentos devem ser apresentados via Transferegov.br – Aba acompanhamento de obras / ART/RRT / Documentação Complementar.

5. Em cumprimento à Portaria nº 988/2024, alertamos que o Conveniente deverá solicitar autorização do Ministério das Cidades para visitas a obras e inaugurações de empreendimentos, bem como entrega de equipamentos e veículos de transporte público custeados ou financiados com recursos oriundos do Ministério, com 30 dias de antecedência, via comunicado/convite à REGOV local.

6. Estamos à disposição para eventuais esclarecimentos necessários.

Respeitosamente,

VANESSA ADELE KRUMMENAUER BRIGO
Assistente Pleno
Representação da Gerência Executiva de Governo Cascavel/PR

PAULO VINICIUS CARVALHO JORGE
Coordenador de Filial
Representação da Gerência Executiva de Governo Cascavel/PR